

Reforma tributária não pode ser arbitrária

» FRANCISCO BALESTRIN

Médico e presidente do Sindicato de Hospitais, Clínicas, Laboratórios e Estabelecimentos de Saúde do Estado de São Paulo (SindHosp)

» RENATO NUNES

Advogado, doutor em direito tributário pela PUC/SP, professor da FGV e da USP/Esalq

“Nada é mais certo neste mundo do que a morte e os impostos.” A frase é do pai da Revolução Americana, Benjamin Franklin, e mostra que a cobrança de tributos sempre foi controversa. No Brasil, segundo declaração recente do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, vivemos um “manicômio tributário”. E não há exagero nessa afirmação.

Nos últimos 35 anos, ou desde a Constituição de 1988, foram editadas mais de 320 mil leis, instruções e outras normas tributárias, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Ainda de acordo com a instituição, tal arcabouço de regras obriga as empresas a gastarem, todos os anos, cerca de 2.600 horas apenas para cumprir com suas obrigações com o Fisco. É o pior resultado entre 189 países.

A boa notícia é que a reforma tributária é uma das prioridades da União, que pretende aprová-la ainda este ano. O Executivo federal manifestou apoio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, que tramita na Câmara dos Deputados, na qual deverão ser incluídos dispositivos da PEC 110, em trâmite no Senado. Para o setor de serviços, que agrega Saúde e Educação, que são áreas de interesse público, essas duas PECs não são boas, pois, além de serem muito complexas, poderão resultar num aumento expressivo da carga tributária, ao proporem a unificação dos ditos tributos sobre o consumo (IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS) e a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), nos moldes do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), presente em diversos países.

Um dos principais pontos da reforma tributária é a adoção do regime de não cumulatividade, o que, para o segmento de serviços, pode gerar impactos altamente negativos, já que sua despesa mais expressiva é com mão de obra e isso não gera direito a crédito. No setor da Saúde, que possui média salarial elevada, o problema se agrava, pois comprime ainda mais a base de crédito e aumenta a carga do IBS proposto nas PECs.

O setor de serviços é o maior empregador do país e foi responsável por 72% do PIB nacional em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Somente na Saúde, hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços empregam, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), cerca de 2,6 milhões de trabalhadores diretos. Calcula-se que o setor gere outros 2,5 milhões de postos de trabalho indiretos.

No afã de reformar a tributação do consumo, não é admissível que haja transferência de carga tributária para um setor tão relevante para a sociedade brasileira. É imperioso que a reforma aspire por isonomia entre os setores, sem perder de vista as suas diferenças e os impactos para a sociedade. Em fevereiro, o Executivo instituiu um grupo de trabalho (GT) para analisar, em 90 dias, a PEC 45. Estudo feito pela consultoria LCA, porém, mostra que essa PEC poderá fazer a carga tributária da Saúde mais que dobrar, se adotada uma alíquota única de 26,9% para todos os setores. A



proposta aumentaria as mensalidades dos planos de saúde em aproximadamente 22%, o que pode expulsar cerca de 1,2 milhão de beneficiários desse sistema, levando-os ao SUS, que está com os recursos engessados.

Nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que adotam o IVA, a alíquota média aplicada é de 19,3%. Há anos, o Brasil tenta aprovar uma reforma tributária, sem sucesso. Além da dificuldade em contemplar os anseios de todos os envolvidos, o país precisa vencer a ansiedade em aprovar algo tão complexo de uma única vez, ou seja, numa tacada só. Somos um país com diferenças socioeconômicas, culturais e ambientais enormes, por isso a maneira mais produtiva e segura

para avançar com o tema seria, talvez, introduzir as mudanças de forma gradativa.

A discussão sobre a reforma tributária já começou. Esperamos que o Executivo e o Legislativo abram espaços para debates com o setor de serviços, outros setores econômicos e a sociedade civil organizada. O Brasil precisa não só de redução de impostos, mas de impostos melhores. Além de simplificar e desburocratizar o sistema, a reforma almejada precisa criar um ambiente de negócios que garanta segurança jurídica, favoreça o empreendedorismo e a competitividade, gere empregos, traga mais justiça social, não onere a carga para nenhum setor da economia, agrade a todos os entes federativos e que, enfim, possa levar o país ao tão desejado desenvolvimento socioeconômico.

Fortalecer os catadores é avançar na logística reversa

» VICTOR BICCA

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir)

A discussão sobre a reciclagem no país entrou em outro patamar na última semana com os dois decretos assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eles representam um passo muito importante para o fortalecimento da atividade dos catadores de materiais recicláveis, para a defesa dos direitos desses profissionais e para que ocupem o merecido lugar de protagonistas na caminhada que o país está empreendendo rumo à economia circular e a um futuro mais sustentável.

O primeiro decreto instituiu o Programa Diogo Sant'ana Pró-Catadoras e Catadores para a Reciclagem Popular, que recria e atualiza o antigo Programa Pró-Catador. O segundo revoga o Recicla+, lançado no ano passado, e institui três novos instrumentos para favorecer os catadores na logística reversa: o Certificado de Crédito de Reciclagem, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral, e o Crédito de Massa Futura.

São medidas como essas que dão a estrutura necessária para que a reciclagem avance no país. Ela tem crescido muito, mas sabemos que há um longo caminho a percorrer. E temos a convicção de que ele passa pelo apoio e a valorização desses trabalhadores, que são fundamentais para que as empresas, pequenas, médias e grandes, possam cumprir os ambiciosos compromissos ESG.

Na cerimônia no Palácio do Planalto, a ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, Marina Silva, destacou que as medidas assinadas pelo presidente para apoiar esse segmento da sociedade fazem parte de “um compromisso ético e político de cuidar do meio ambiente ao mesmo tempo em que se cuida das pessoas”. O setor de bebidas não alcoólicas que, como presidente da Abir eu represento, está em total consonância com essa filosofia.

Hoje, as empresas do setor são as que têm o melhor portfólio de circularidade do Brasil: 57% das

garrafas PET e 99% das latas de alumínio são recicladas e todo o vidro é retornável. Os catadores, grandes parceiros da indústria, têm um papel fundamental nesses resultados.

Já temos, até, um dever de casa antecedente aos novos decretos com o protocolo de informações entre indústria, sociedade e governo. E o reconhecimento aos catadores de materiais recicláveis logo no início deste ano, com compromissos públicos firmados, é a sinalização de importante avanço rumo a soluções práticas de uma agenda complexa mas de vital importância.

A união de esforços no avanço da gestão de resíduos envolve responsabilidades compartilhadas entre indústria, sociedade e governo. E o reconhecimento aos catadores de materiais recicláveis logo no início deste ano, com compromissos públicos firmados, é a sinalização de importante avanço rumo a soluções práticas de uma agenda complexa mas de vital importância.

O que o metaverso reserva para crianças e jovens?

» ROBERTA PERAZZO CAMPANINI

Diretora adjunta de Marketing, Produtos e Experiência do Cliente da FTD Educação do Grupo Marista

Lançado na década de 1960 e relançado em 1980, o desenho *Os Jetsons* trazia inúmeras tecnologias que, na época, julgávamos impossíveis de serem reproduzidas. A animação, que mostrava a vida em família de um casal, seus dois filhos, um cachorro e uma robô, se passava em 2062, mas nós, ainda em 2022, já usufruímos de muitas daquelas tecnologias que pareciam tão distantes.

Uma dessas grandes descobertas ainda caminha no campo da curiosidade e exploração tanto para adultos quanto para crianças. O novo ambiente — ou podemos chamar de mundo virtual — traz diversas oportunidades para o desenvolvimento e, por que não, para a educação infantil. Tal tecnologia promete possibilitar grandes avanços para nossas crianças e jovens, pois explicar conceitos abstratos pode se tornar muito mais fácil com o metaverso.

Passeios virtuais para mostrar planícies em uma aula de geografia, visitas em cidades históricas ou dentro das pirâmides do Egito, nas aulas de história, ou até mesmo visitar bibliotecas para estudar um pouco mais sobre literatura, são algumas das infinitas possibilidades que podem ser vivenciadas praticamente in loco e com uma experiência quase real entre alunos e professores.

Em alguns ambientes educacionais, essa ideia começa a ser colocada em prática e com boa aceitação, oferecendo novas possibilidades e experiências para estudantes, professores, gestores educacionais e famílias. Uma das formas de exploração desse metaverso será com as aulas especiais ou espaços ambientados para estudos de literatura, por exemplo, onde os livros poderão ser apresentados como um jogo diferente; ou ainda salas para seminários, palestras e outros momentos educacionais interativos.

A iniciativa pioneira visa recuperar a sensação interativa de uma sala de aula e resgata o propósito da escola, por ser um ambiente completamente voltado à educação. Além disso, a própria estética da experiência imersiva remete aos games, que tantas vezes competem pela atenção de crianças e adolescentes, facilitando assim a adesão e permanência dos jovens que, passando mais tempo na plataforma, acabam expostos ao conteúdo educacional com curadoria pedagógica por mais horas no dia.

Outra grande vantagem está na socialização — uma das atuais preocupações de pais com filhos que passam muito tempo nos computadores e videogames. No metaverso, a ideia é que as interações sejam muito mais dinâmicas, por meio de avatares personalizados e em mundos virtuais tecnicamente seguros e controlados, que podem se tornar ambientes saudáveis para estimular a criatividade e a convivência em sociedade. A ideia é oferecer experiências interativas e gamificadas no segmento educacional brasileiro de forma aberta e gratuita.

Minecraft e Roblox são exemplos de jogos que já organizam momentos de educação e entretenimento entre os jovens fora do ambiente educacional. Porém, é preciso sim ficar atento. Os riscos de violação dos direitos das crianças são muito elevados e alguns especialistas ainda temem os efeitos do metaverso sobre os pequenos. É importante lembrar que o espaço on-line é propício para crimes, inclusive contra crianças. Por isso, o acompanhamento da escola e dos pais segue sendo indispensável nesses casos.

No ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu a privacidade, proteção, educação e diversão no mundo digital como direitos das crianças. Ou seja, é preciso acompanhar a evolução virtual para garantir que elas estejam protegidas e seguras. Esse é um terreno ainda muito novo, que promete uma gama incrível de oportunidades, mas ainda necessita de cuidados especiais.